

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.461 - RJ (2019/0291978-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : L C DA C (PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO RIO DOCE MARTINS E OUTRO(S) - RJ093762
PAULO TEIXEIRA MARTINS - RJ005711D
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por L C DA C contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do Habeas Corpus n. 0030041-81.2019.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente desde 23/02/2019, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 213 do CP.

Irresignada a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Aduz o recorrente, em breve síntese, a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Alega constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto até a data da audiência terão passados mais de 226 dias.

Requer o provimento do recurso para que seja deferida a liberdade ao recorrente ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Com efeito, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fl. 54):

[...]

Ab initio, consoante se verifica das informações prestadas e dos documentos acostados, o flagrante foi submetido ao plantão judicial, para análise de sua legalidade e regularidade, não tendo sido constatado nenhum vício, oportunidade em que foi convertida a prisão em flagrante em preventiva, restando assim superada qualquer ilegalidade relativa à prisão, na medida em que o título prisional do paciente passou a ser outro. Ademais, importante esclarecer a excepcionalidade do caso, na medida em que o paciente foi hospitalizado, permanecendo internado no hospital Santa Teresa, só recebendo alta depois que sua prisão foi convertida em preventiva e o feito já havia sido encaminhado ao juiz natural, após análise pelo plantão judiciário, conforme se infere pelos documentos de fls.21, 37 e 45 do anexo 1.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator